



Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação¹

Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

O presente trabalho faz uma primeira aproximação ao estudo da imprensa produzida nas colônias de expressão portuguesa de Portugal, com destaque para Angola, Moçambique, Goa e Cabo Verde. O artigo busca constituir o contexto histórico em que se deu a introdução dos prelos e, logo depois, da imprensa nessas colônias, fixa as datas do início de tais procedimentos e, depois de levantar e comentar de passagem a ainda escassa bibliografia a respeito do tema, indica dez características gerais que podem ser alicadas indistintamente a toda essa produção jornalística dos séculos XIX e XX.

Palavras-chave

História da imprensa portuguesa; Imprensa de Angola; Imprensa de Moçambique; Imprensa de Goa; Imprensa de Cabo Verde

Introdução

Não conheço obra que, no âmbito da história da imprensa do jornalismo português ou do jornalismo brasileiro, tenho dado especial atenção às colônias que, em África ou Ásia, também receberam a presença portuguesa e, por decorrência, em algum momento igualmente experimentaram a imprensa e o jornalismo, mesmo desde os tempos de colonização. Este estudo está por ser feito, e a ele passei a me dedicar, recentemente, instigado e orientado por Salvato Trigo². De modo geral, os estudos sobre imprensa portuguesa dão destaque apenas ao Brasil³. Quanto às histórias da imprensa brasileira, não fazem nenhuma menção à existência de uma imprensa que, contemporânea a ela, desenvolveu-se nas demais colônias de Portugal.

¹ BRASIL-PORTUGUAL – Colóquio Bi-nacional de Ciências da Comunicação, no âmbito do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, Rio Grande do Norte, Setembro de 2008.

² Trata-se de projeto de Pós-doutorado, desenvolvido sob o patrocínio da CAPES, entre abril e julho de 2008, junto à Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação do Dr. Salvato Trigo. A pesquisa buscou localizar, levantar e analisar todos jornais de colônias portuguesas que integram o valioso acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

³ Exceção parcial cabe a TENGARRINHA, José – *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, Caminho. 1989.



Este paper é a primeira redação de um estudo de maiores proporções, que se insere num largo projeto de uma história do jornalismo luso-brasileiro, portanto, jornalismo que antecede, inclusive, a imprensa. Valho-me, para isso, dentre outros autores, do entendimento expresso por Maria Cecília Guirado⁴, que considera “os primeiros relatos do Descobrimento do Brasil como sendo as primeiras reportagens escritas em terra brasileira”. Ela refere o documento de Pero Vaz e Caminha a respeito da viagem de Pedro Álvares Cabral (1500) e o “Diário da navegação” de Pero Lopes de Sousa, sobre a viagem empreendida sob o comando de Martim Afonso de Sousa, seu irmão e primeiro governador do Brasil (1530). Pode-se estender esse conceito aos demais relatos de viagens e de descobertas, tanto quanto aqueles reunidos sob a denominação genérica de “histórias trágico-marítimas” que enfocam naufrágios e fugas de batalhas diante de piratas⁵. Há narrativas que antecedem a introdução da imprensa em Portugal, como as “Novas da infelicidade da armada de Sua Majestade que escreveu o Mestre da Sota capitaina”⁶, de 1558. É evidente, contudo, que a introdução imprensa facilitou a circulação deste tipo de informação, mesmo que a Corte Portuguesa fosse avessa à demasiada publicização das viagens que se faziam sob seus auspícios, graças às disputas com Espanha, num primeiro momento e, posteriormente, com França, Inglaterra ou Países Baixos.

Seja como for, com a chegada da imprensa, o jornalismo impresso não tardou a se manifestar em Portugal. “As primeiras notícias foram impressas em Portugal no ano de 1626, sob a forma de carta e com o título de *Relação universal do que succedeo em Portugal, e nas mais províncias do Ocidente e Oriente em Março de 625 até todo Setembro de 626*. O redactor assinou com o pseudónimo de “Francisco de Abreu”, mas seu nome verdadeiro era Manuel Severim de Faria, clérigo e escritor que em 1628 faria imprimir outra *Relação do que succedeo em Portugal, e mais províncias do Oriente, e Ocidente, desde Março de 1626 até Agosto de 1627* (a primeira impressão foi em Lisboa e a segunda em Évora)⁷.

⁴ GUIRADO, Maria Cecília – *Relatos do descobrimento do Brasil – As primeiras reportagens*, Lisboa, Piaget. 2001, em especial p. 22.

⁵ Ver, a respeito, BRITO, Bernardo Gomes de – *Historia trágico-marítima – Quatro naufrágios*, Lisboa, Verbo. 1972.

⁶ NOVAS DA INFELICIDADE DA ARMADA DE SUA MAJESTADE QUE ESCREVEU O MESTRE DA SOTA CAPITAINA, Biblioteca Nacional de Lisboa, Cx. 2, no. 28, 1558, segundo referência de Maria Cecília Guirado na obra antes mencionada.

⁷ NEVES, João Alves das – *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*, Lisboa, Direcção-Geral da Comunicação Social. 1989, p. 23. Especificamente a respeito dessas *relações*, ver SOUSA, Jorge Pedro (Coord.); PINTO, Mário; SILVA, Nair; SILVA, Gabriel; DELICATO, Mônica - A



As conquistas portuguesas desdobraram-se, desde o século XVI, com especial ênfase a partir do reinado de Dom João I, em cujo período viveu o Infante Dom Henrique, nascido a 4 de dezembro de 1394, na cidade do Porto. O Infante participaria das batalhas de Ceuta (em agosto de setembro de 1415), a que se segue a conquista da Grã Canária, a partir de 1424⁸. Em 6 de novembro de 1461, Diogo Afonso descobre a ilha de São Nicolau, do arquipélago de Cabo Verde; o mesmo Diogo Afonso chega à ilha de Santo Antão, do Cabo Verde, em 17 de janeiro do ano seguinte. Em 5 de agosto de 1483, Diogo Cão chega à Angra de Santa Maria (mais tarde Benguela, em Angola). A 4 de março de 1498, Vasco da Gama chega à ilha de Moçambique, onde coloca o padrão de São Jorge. Naquele mesmo ano, Vasco da Gama chega a Calecute, no reino de Cananor, a 17 de maio. Enfim, em 22 de abril Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil.

As regras básicas estabelecidas para as colônias não são diferentes umas das outras. Isso tem um ponto positivo: a unidade da colonização portuguesa do ponto de vista de estratégia e de política; mas tem um ponto negativo, motivo para os sucessivos debates que ao longo dos séculos vão se desenrolar nas próprias colônias e, às vezes, em Lisboa, junto às Côrtes ou junto à Câmara dos Deputados: Portugal trata igualmente aos desiguais. Portugal não distingue políticas de desenvolvimento diferenciado para as suas colônias, o que lhes vai provocar considerados atrasos.

Seja como for, o Brasil só vai conhecer a imprensa em 1808, quando a Família Real, por força da invasão francesa de Napoleão Bonaparte e a pressão da Inglaterra, termina por deslocar-se de Lisboa para o Rio de Janeiro. Com isso, cria-se a Imprensa Régia e logo depois nosso primeiro jornal, a Gazeta do Rio de Janeiro.

Quanto às demais colônias, foi Sá da Bandeira quem, em 1836, no artigo 13º. do Decreto de 7 de dezembro, determina que se criem nas possessões ultramarinas publicações capazes de transmitir informações legais, comerciais e gerais, necessárias ao público residente nas colônias⁹

Em Angola, a primeira máquina de imprimir foi trazida por Joaquim António de Carvalho Menezes, um filho do país, em 1842. Enviada para Luanda, através de navio, curiosamente o barco afunda, segunda José de Fontes Pereira, por orientação da

gênese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria. Porto: Universidade Fernando Pessoa. 2007.

⁸ Todos os dados históricos foram retirados de BRANDÃO, Fernando de Castro – *História da expansão portuguesa (1367 – 1580) – Uma cronologia*, Odivelas, Europress. 1995.

⁹ LOURENÇO, João Pedro da Cunha – *A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923*, Luanda, Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto. 2003. Dissertação de Mestrado. Mimeo.



metrópole. Em 1845, o Governador Geral, Pedro Alexandrino da Cunha, importa outra prensa, e a partir de 13 de setembro se publica a primeira edição do Boletim Oficial. Em Moçambique, a imprensa se inicia em 1854, também com a criação de um Boletim Oficial, que se publica a partir de 13 de maio daquele ano. Da mesma maneira, em Cabo Verde: o Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde começa a circular a partir de 24 de agosto de 1842, portanto, ainda antes que em Angola. Mas será Goa, da Índia, que antecederá a todos, pois sua imprensa se inicia ainda em 1556¹⁰. Goa constituía, com Damão e o Diu, a chamada Índia Portuguesa: “Foram ali publicados 7 órgãos da imprensa oficial, 104 de significado informativo, 17 políticos, 13 jornais diários, 23 literários, 15 de interesse científico, 5 sobre Direito, 4 de história e arqueologia e 20 que tratavam de questões religiosas, todos impressos em português, além de outros publicados em português e, simultaneamente, noutros idiomas”¹¹.

Outro conjunto de informações importantes: a esta primeira imprensa, *oficiosa*¹² seguir-se-á uma imprensa não-oficial, que pode ser assim referenciada: no Brasil, encontraremos o Correio Braziliense, editado por Hipólito José da Costa, a partir de junho de 1808, desde Londres. Em Angola, segundo Júlio de Castro Lopo¹³, o semanário A civilização da África portuguesa, de 6 de dezembro de 1866, em Luanda, abre este novo período. O jornal era editado por Urbano de Castro e Alfredo Mântua, contando já com tipografia própria. Tratava-se de um “semanário dedicado a tratar dos interesses administrativos, econômicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa”¹⁴. O progresso, de 9 de abril de 1868 inicia o processo em Moçambique, editado a partir da ilha do mesmo nome. O jornal se propunha a ser um “herbomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola”, mas sofreu a censura já na sua primeira edição e assim se extinguiu¹⁵. No Cabo Verde, o primeiro jornal oficial é de 1º de

¹⁰ NEVES, João Alves das – *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*, op. Cit., p. 69.

¹¹ NEVES, João Alves das – *Idem*, *ibidem*, p. 103.

¹² É interessante observar-se, como já remarcaram os historiadores desses boletins, que tal imprensa oficiosa, tal como ocorreu com a Gazeta do Rio de Janeiro, não se limitava a publicar os documentos oficiais de governo, mas terminava por divulgar informações variadas, inclusive sobre bailes e outros acontecimentos das sedes de governo, podendo, por isso mesmo, serem consideradas como jornais, em sentido mais estrito.

¹³ LOPO, Júlio de Castro - *Jornalismo de Angola – Subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola. 1964.

¹⁴ ERVEDOSA, Carlos – *Roteiro da literatura angolana*, Lisboa, Edições 70. 2001, p.25.

¹⁵ DA INTRODUÇÃO DA TIPOGRAFIA À PASSAGEM DE LOURENÇO MARQUES A CIDADE – CONTEXTO HISTÓRICO (1854 – 1887).



outubro de de 1877 e se chamava Independente, por si só mais do que significativo. Tratava-se de um “semanário noticioso, literário e político”¹⁶.

E em Goa, teria sido, segundo António dos Mártires Lopes, o jornal A imprensa de Goa, publicado a partir de 22 de dezembro de 1821, que teria iniciado tal processo.

Seja como for, pode-se falar, lato senso, em três grandes momentos na história da imprensa das colônias portuguesas, excetuando-se, no caso, o Brasil, que tem uma periodização um pouco diversa pelo processo sócio-político experimentado por esta colônia.

Se a história da imprensa portuguesa poderia ser dividida em três períodos, como quis José Tengarrinha, também a imprensa colonial pode ser dividida em três etapas, embora não correlacionadas necessariamente com as da metrópole.

Para Portugal, pode-se aceitar a seguinte periodização (que alguns poucos autores discutem):

a) desde a Gazeta de 1641 até a revolução liberal de 1820;

b) desde 1820 ao terceiro quartel do século XX, o que corresponde ao surgimento da imprensa enquanto empresa;

c) desde os últimos vinte e cinco anos do século XIX até os nossos dias.

Proponho que se poderia (e deveria) acrescentar um novo período posterior aos 25 de abril de 1974, por tudo o que é apresentado, dentre outros, por Nuno Rocha, em “Os meios de comunicação após a Revolução dos Cravos (1974-1996)”, no âmbito da obra maior de Alejandro Pizarroso Quintero¹⁷.

Quanto ao jornalismo colonial, há autores que defendem também uma divisão em três períodos, como o faz Júlio Castro Lopo, a propósito do jornalismo angolano, o que pode ser estendido a jornalismo das demais colônias:

a) imprensa oficial, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais* até o surgimento de um jornal que gozasse de maior distanciamento da autoridade política e administrativa da colônia;

b) imprensa livre, da data de criação desses jornais com maior autonomia, até o aparecimento de jornais em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;

c) imprensa profissional, a partir daquele momento, quando o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns

¹⁷ QUINTERO, Alejandro Pizarroso (Org.) – *História da imprensa*, Lisboa, Planeta. 1994.



casos, tudo isso ao mesmo tempo) e onde, em geral, o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também imprime outros periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira.

Proponho que, da mesma forma que em Portugal, mas por consequência mais ampla, uma história dessa imprensa, escrita nos dias de hoje, deveria considerar um quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores ao 25 de abril de 1974, porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colônias, com consequências mais do que evidentes.

O que se conhece da história desse jornalismo? Quem foram seus nomes referenciais? Que características tinha essa imprensa que dependia, simultaneamente, de leis emanadas desde a metrópole, sofria o controle religioso (menos operante do que aquele que ocorria no próprio Portugal), enfrentava as autoridades locais e, ainda assim, persistia em buscar a informação e veicular a opinião?

A bibliografia é escassa, mesmo em Portugal. Por isso, foi essa a etapa de pesquisa a que me dediquei. Durante pouco mais de três meses, trabalhei diariamente no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto¹⁸, levantando esses jornais, alguns dos quais em péssimas condições de conservação. Graças a uma cooperação muito decidida da direção da instituição¹⁹, busquei cópias digitalizadas de pelo menos cada uma das

¹⁸ O projeto, como se disse, foi proposto pelo Dr. Salvato Trigo, autor de diferentes obras sobre a literatura angolana e que, em anos pretéritos, estudou detidamente esta imprensa, sem chegar a publicar uma obra mais profunda sobre ela. O acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto é bastante rico nestes jornais, embora bem menos do que se gostaria. O acervo disponível resulta do fato de a Biblioteca do Porto constituir-se em local de depósito legal das publicações portuguesas, ao longo dos séculos XIX e XX, ainda incluídos os jornais. Assim, os periódicos ali reunidos vinham por correios, endereçados à Biblioteca, segundo se vê no endereçamento da última página de cada um deles, em manuscrito. Foram sendo conservados na medida do possível. São apenas três os títulos disponíveis quanto ao século XIX, mas são exuberantes as coleções do século XX, embora de alguns se tenha apenas um ou pouquíssimos exemplares, e de outros se encontrem coleções quase completas, anos a fio. Alguns apresentam-se com uma periodicidade mínima, obrigados a suspender *provisoriamente*, o que em geral significou definitivamente, sua circulação, por força da censura, da pressão política ou das dificuldades financeiras (a mais comum das quais o não-pagamento das assinaturas ou da própria publicidade). Centramos a atenção da pesquisa naqueles periódicos do século XIX disponíveis, ao que acrescentamos as observações disponíveis graças aos historiadores da imprensa dessas nacionalidades, e aos jornais editados nas quatro primeiras décadas do século XX, sobretudo até 1935, sobretudo devido à intervenção que o Estado Novo, de ..Oliveira Salazar, e sua censura, terminou por exercer sobre tais publicações. As observações que aqui desenvolvemos voltam-se, assim, especialmente, para este conjunto de publicações que, segundo entendemos, para além de suas características específicas (de nacionalidade e de individualidade de cada título), apresentam, sim, algumas semelhanças que aqui tentamos esboçar.

¹⁹ Cabem agradecimentos muito especiais à Dra. Carla Sousa, responsável pela Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa, do Porto; a Rosa Maria Teixeira, funcionária da Biblioteca Pública Municipal do Porto e à Dra. Marta Rua, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, responsável pela área técnica de reproduções de exemplares. Algum acervo foi mandado buscar à Biblioteca Pública Almeida Garrett, da cidade do Porto, e à própria Biblioteca Nacional de Lisboa, a cujas direções devo, igualmente, agradecimentos, inclusive quanto à consulta e reprodução de livros especializados sobre o tema.



primeiras edições dessas publicações (ou a primeira das disponíveis, porque muitas coleções existem com um jornal já em seu quinto ano de existência, como ocorre, por exemplo, com O futuro, de Lourenço Marques, ou dos artigos que entendi serem interessantes para um estudo mais aprofundado, especialmente aqueles que discutiam os conceitos sobre a função da imprensa e do jornalismo, a perversão da censura e os desafios que a função jornalística provocava para os seus praticantes.

O trabalho buscou registrar:

1. título
2. características genéticas²⁰ e suas modificações através do tempo
3. linha editorial
4. período de circulação/ período de disponibilidade da coleção
5. temas abordados
6. publicidade divulgada
7. debate sobre o conceito e a missão da imprensa e do jornalismo; o problema do enfrentamento com a censura, fosse ela qual fosse;
8. as principais polêmicas promovidas;
9. a presença do Brasil em suas páginas;
10. quaisquer outras informações julgadas interessantes.

Como se disse, a bibliografia é escassa. No caso de Angola, os textos específicos se devem a Júlio de Castro Lopo, já mencionado. Mas Salvato Trigo tem contribuição significativa, quando estuda a literatura angolana²¹, do mesmo modo que Carlos Ervedosa²², também já referido, e Francisco Soares²³. Devem-se referir, ainda, A. Borges de Mello²⁴ e de maneira mais abrangente, Pires Laranjeira²⁵, José Júlio Gonçalves²⁶ e Mário Antonio de Oliveira²⁷.

²⁰ No sentido dado por MOUILLAUD, Maurice (Org.) in *O jornal: Da forma ao sentido*, Brasília, Paralelo 15. 1997.

²¹ TRIGO, Salvato – *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*, Porto, Brasília. 1977 e *Luandino Vieira, o logoteca*, Porto, Brasília. 1981.

²² ERVEDOSA, Carlos – *Roteiro da literatura angolana*, op. Cit.

²³ SOARES, Francisco – *Notícia da literatura angolana*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2001.

²⁴ MELO, A. Borges de – *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*, Nova Iguaçu, Semana Ilustrada Editorial Ltda. 1985.

²⁵ LARANJEIRA, Pires – *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta. 1995.

²⁶ GONÇALVES, José Júlio – *A informação em Angola. Elementos para o seu estudo*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. 1964.



No caso de Moçambique, destacam-se menos autores, como é o caso do volume coletivo *1º. Centenário da Imprensa em Moçambique*²⁸, ainda Júlio Gonçalves²⁹ e Raul Neves Dias³⁰.

O jornalismo de Goa tem recebido bons estudos, como os de Jaime Rangel³¹, António dos Mártires Lopes³², Sebastião Correia da Silva Leal³³, José Antonio Ismael Gracias³⁴, Antonio Maria da Cunha³⁵ ou Vimala Devi e Manuel de Seabra³⁶

Sobre o jornalismo de Cabo Verde os raríssimos textos são os de Bento Levy³⁷, José Júlio Gonçalves³⁸.

Há ainda uma bibliografia abrangente, como a obra de Fernando Reis³⁹ ou de Pedro Wenceslau de Brito Aranha⁴⁰.

Como o título desse estudo indica, optou-se pela referência a uma *imprensa colonial de expressão portuguesa*, na linha seguida por Salvato Trigo, a propósito das literaturas africanas, exposta em *Luandino Vieira, o logoteca*.

A *imprensa colonial* tem a ver com toda aquela produção realizada nas mais diferentes colônias de Portugal, e neste sentido se incluiria o Brasil, não importando se produzida por autóctones ou por portugueses localizados nas colônias. Ela é *colonial* não porque ideologicamente defenda o colonialismo e a colonização, mas porque ela se realiza neste contexto de colonização, traz uma referência espacial e sócio-cultural e política,

²⁷ OLIVEIRA, Mário Antonio de – *A sociedade angolana do fim do século XIX e um seu escritor*. Luanda, Editorial NOS. 1961.

²⁸ 1º. CENTENÁRIO DA IMPRENSA EM MOÇAMBIQUE – *Conferências proferidas no Salão dos Organismos Económicos*, em 13 de maio de 1954.

²⁹ GONÇALVES, José Júlio – *A informação em Moçambique. Contribuição para o seu estudo*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. 1965.

³⁰ DIAS, Raul Neves – *A imprensa periódica em Moçambique – 1854-1954*

³¹ RANGEL, Jaime – *A imprensa em Goa*, Goa, edição do autor. 1957.

³² LOPES, António dos Mártires – *Imprensa de Goa – Monografia pelo 150º. Aniversário do primeiro jornal de Goa*, 1971.

³³ LEAL, Sebastião Correia da Silva – *Jornais indo-portugueses. Publicação comemorativa da Exposição da Imprensa realizada em maio de 1898*, Lisboa, Imprensa de Libânio de Silva. 1898.

³⁴ GRACIAS, José Antonio Ismael – *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos histórico-bibliográficos*, 1880.

³⁵ CUNHA, Antonio Maria da – *A Índia Portuguesa*, Nova Goa, Imprensa Nacional. 1923, vol. II.

³⁶ DEVI, Vimala et SEABRA, Manuel de – *A literatura indo-portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. 1971.

³⁷ LEVY, Bento – *Em defesa própria. Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde*, 1974.

³⁸ GONÇALVES, José Júlio – *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. 1966.

³⁹ REIS, Fernando – *O jornalismo colonial na metrópole*, Lisboa, Agencia Geral das Colônias. 1943.

⁴⁰ ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito – *Subsídios para a história do jornalismo nas Províncias ultramarinas portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional. 1885.



mesmo após a concessão da chamada autonomia administrativa e financeira, que ocorre depois da Revolução de 1910, que estabelece a república em Portugal. Ela já não será mais colonial, contudo, após o 25 de abril de 1974, com a independitização das antigas colônias.

Quanto à *expressão portuguesa*, é porque ela traduz, para a língua portuguesa, o ponto de vista original do nativo ou daquele ali adaptado ou com aquela região identificado. Não se pode referir, assim, a uma literatura ou imprensa caboverdeana expressa em dialeto das ilhas, ou nas diferentes línguas de Angola ou de Goa. Definimos, deste modo, com clareza, o objeto de estudo: a imprensa produzida nas colônias portuguesas que se divulgou em língua portuguesa exclusivamente. Um segundo recorte dirigiu-se àquela imprensa que apresentou maior importância em seu desenvolvimento, qual seja, a de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Goa⁴¹. O fato de excluirmos os Açores (que possuem o jornal mais antigo da expressão portuguesa ainda em circulação), a Madeira ou São Tomé e Guiné Bissau deve-se ao fato de praticamente inexistir material a respeito dessas colônias ou, se existe, à exceção dos Açores, que já está bastante bem estudado, não tem maior continuidade.

As características que, a seguir, pretendemos identificar como *comuns* aos jornais estudados, por extensão, certamente também podem ser aplicadas aos demais jornais da imprensa colonial daquelas regiões não levantadas.

1. uma prática corrente entre todos os jornais era o envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constavam como alfabetizados, mais ou menos possuidores de bens e capazes de se interessar por um jornal. A prática era acompanhada de notas naquelas primeiras edições em que se rogava que quem não quisesse assinar o periódico, favor devolvesse-o à redação. Por consequência, a não-devolução implicava na aceitação do mesmo e na emissão do boleto de cobrança.

2. todos os jornais registravam o aparecimento de congêneres, não apenas na própria colônia quanto nas demais colônias. Isso significa que os jornais de então mantinham um forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte. Os jornais igualmente noticiavam a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censoriais), condenações ou absolvições;

⁴¹ Goa, e não Índia, porque os jornais em Goa mantiveram-se, em boa parte, editados em português, total ou majoritariamente, enquanto que outros jornais indianos foram editados em inglês ou idiomas locais.



3. há um forte trânsito dos jornais entre as colônias e destas com a metrópole: é comum a citação e a transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, seja os coloniais referindo outros jornais coloniais, seja referindo a imprensa da metrópole e, muitas vezes, sendo por ela referida e transcrita também. Dependendo do jornal metropolitano que fizesse a transcrição certamente o fato seria motivo de orgulho para a publicação colonial;

4. isso implica, assim, também, na constituição de um campo específico de circulação, para quem do círculo de leitores leigos e gerais, ou específicos – mas no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo – que a publicação buscava alcançar. Os jornais se liam entre si e se criticavam. Pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantivesse uma constante polêmica com outras publicações era um jornal de menor importância no contexto de imprensa de então;

5. todos os jornais coloniais são obrigatoriamente enviados, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações;

6. é comum o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior;

7. menos que oposição à condição colonial em si, os jornais colônias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a quem a Metrópole entregava as colônias. Assim, instituições com o Banco Ultramarino Português, a Cia. de Moçambique, a Cia. Nacional de Navegação, dentre outras, são algumas das instituições que mais claramente descontentam as populações coloniais, pela alegada má qualidade de seus serviços. Em consequência, são também as mais visadas pelas publicações;

8. multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões absolutamente externas ao próprio contexto colonial; por exemplo, a instalação da república; a tentativa de golpe e reconstituição da monarquia; a I Grande Guerra, etc. Evidentemente que a instituição do Estado Novo se reflete de imediato na exigência de uma censura prévia constante, que se expressa através de carimbos ou dizeres impressos: “visado pela censura”, em toda e



qualquer publicação. Mas curiosamente, essa censura não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade; criticar a companhia de administração; cobrar melhor desempenho dos serviços postais, de modo geral, não é motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926;

9. as dimensões dos periódicos em geral é a do tablóide, tal como o conhecemos hoje, mas com infinitas variações nas dimensões exatas; os jornais em geral circulam com quatro páginas, sendo que a última é sempre de publicidade (há exceções: alguns jornais de Goa possuem apenas uma folha; alguns jornais de Angola ou Moçambique chegam a oito páginas); de modo geral, os jornais são semanais, definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos, e neste caso ligam-se claramente a um partido e em geral são fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo quase que em seguida;

10. há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor e, a partir de um determinado momento, exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas.

Essas primeiras observações, como se disse, buscam tão somente levantar alguns pontos em comum às publicações. Evidentemente que o levantamento realizado, e que se encontra ainda em condições intermediárias, de elaboração, abre caminho para um sem-número de estudos, quer no âmbito daquele trabalho maior de uma história comparada entre o jornalismo lusitano e o brasileiro, incluindo-se aí as colônias portuguesas, quer um estudo específico que reúna todas essas colônias, e que é incompleto, quanto existe. Ou, enfim, estudos específicos sobre o jornalismo de cada colônia, hoje nação, com suas características e o detalhamento de cada um de seus jornais, já que o material disponível é, em geral, de caráter histórico, e não analítico. Enfim, abre-se caminho, ainda, para estudos monotemáticos, sobretudo aqueles que interessam diretamente à teoria e à história do jornalismo, como, por exemplo, a respeito das concepções sobre jornalismo, a função social da imprensa, a resistência à censura, etc., que tais impressos e seus editores apresentavam à sociedade de então.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito – *Subsídios para a história do jornalismo nas Províncias ultramarinas portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional. 1885.
- BRANDÃO, Fernando de Castro – *História da expansão portuguesa (1367 – 1580) – Uma cronologia*, Odivelas, Europress. 1995.
- BRITO, Bernardo Gomes de – *Historia trágico-marítima – Quatro naufrágios*, Lisboa, Verbo. 1972.
- CUNHA, Antonio Maria da – *A Índia Portuguesa*, Nova Goa, Imprensa Nacional. 1923, vol. II.
- DA INTRODUÇÃO DA TIPOGRAFIA À PASSAGEM DE LOURENÇO MARQUES A CIDADE – CONTEXTO HISTÓRICO (1854 – 1887).
- DEVI, Vimala et SEABRA, Manuel de – *A literatura indo-portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. 1971.
- DIAS, Raul Neves – *A imprensa periódica em Moçambique – 1854-1954*
- ERVEDOSA, Carlos – *Roteiro da literature angolana*, Lisboa, Edições 70. 2001, p.25.
- GONÇALVES, José Júlio – *A informação em Angola. Elementos para o seu estudo*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. 1964.
- GONÇALVES, José Júlio – *A informação em Moçambique. Contribuição para o seu estudo*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. 1965.
- GONÇALVES, José Júlio – *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. 1966.
- GRACIAS, José Antonio Ismael – *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos histórico-bibliográficos*. 1880.
- GUIRADO, Maria Cecília – *Relatos do descobrimento do Brasil – As primeiras reportagens*, Lisboa, Piaget. 2001.
- LARANJEIRA, Pires – *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta. 1995.
- LEAL, Sebastião Correia da Silva – *Jornais indo-portugueses. Publicação comemorativa da Exposição da Imprensa realizada em maio de 1898*, Lisboa, Imprensa de Libânio de Silva. 1898.
- LEVY, Bento – *Em defesa própria. Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde*, 1974.



- LOPES, António dos Mártires – *Imprensa de Goa – Monografia pelo 150º. Aniversário do primeiro jornal de Goa*, 1971.
- LOPO, Júlio de Castro - *Jornalismo de Angola – Subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola. 1964.
- LOURENÇO, João Pedro da Cunha – *A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923*, Luanda, Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto. 2003. Dissertação de Mestrado. Mimeo.
- MELO, A. Borges de – *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*, Nova Iguaçu, Semana Ilustrada Editorial Ltda. 1985.
- MOUILLAUD, Maurice (Org.) in *O jornal: Da forma ao sentido*, Brasília, Paralelo 15. 1997.
- NEVES, João Alves das – *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*, Lisboa, Direcção-Geral da Comunicação Social. 1989,
- NOVAS DA INFELICIDADE DA ARMADA DE SUA MAJESTADE QUE ESCREVEU O MESTRE DA SOTA CAPITAINA, Biblioteca Nacional de Lisboa, Cx. 2, no. 28, 1558, segundo referência de Maria Cecília Guirado na obra antes mencionada.
- OLIVEIRA, Mário Antonio de – *A sociedade angolana do fim do século XIX e um seu escritor*. Luanda, Editorial NOS. 1961.
- 1º. CENTENÁRIO DA IMPRENSA EM MOÇAMBIQUE – *Conferências profeidas no Salão dos Organismos Económicos*, em 13 de maio de 1954.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso (Org.) – *História da imprensa*, Lisboa, Planeta. 1994.
- RANGEL, Jaime – *A imprensa em Goa*, Goa, edição do autor. 1957.
- REIS, Fernando – *O jornalismo colonial na metrópole*, Lisboa, Agência Geral das Colónias. 1943.
- SOARES, Francisco – *Notícia da literatura angolana*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2001.
- SOUSA, Jorge Pedro (Coord.); PINTO, Mário; SILVA, Nair; SILVA, Gabriel; DELICATO, Mônica - *A génese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. 2007.



TENGARRINHA, José – *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, Caminho. 1989.

TRIGO, Salvato – *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*, Porto, Brasília. 1977

TRIGO, Salvato - *Luandino Vieira, o logoteca*, Porto, Brasília. 1981.